

Uma Análise Sistêmica: Vitimização e Políticas de Segurança em São Paulo

Betânia Peixoto
Letícia Godinho de Souza
Renato Sérgio de Lima

1. Introdução

As pesquisas de vitimização no Brasil constituem ferramentas recentes na política de segurança pública, tendo começado a serem realizadas apenas, a partir de 1988¹. Tais pesquisas se justificam por várias razões, dentre as quais podemos elencar, em primeiro lugar, o fato de que os registros oficiais de ocorrência de crimes dependem da notificação da vítima. Ou seja, em tese, excetuando-se o crime de homicídio e furto/roubo a veículo², as demais ocorrências criminais padecem de altas cifras de subnotificação, mantendo pouca correspondência com a realidade.

Além desse fator, que é comum a qualquer contexto nacional, soma-se o fato de que os registros oficiais de criminalidade e vitimização no Brasil têm sido produzidos ainda em um contexto de estruturas organizacionais e marcos legais herdados do período autoritário. E embora um grande esforço venha sendo feito no Brasil como um todo, e em especial no Estado de São Paulo, para mudar esse quadro, os dados ainda carecem de publicidade, controle e, em consequência, são bastante questionáveis em termos de confiabilidade³.

¹ A primeira pesquisa no país foi realizada pelo IBGE, em 1988, como suplemento da PNAD. De lá para cá, várias outras foram feitas (Datafolha, 1999, CRISP / UFMG em 2001 e repetida em 2003 e 2006; o ILANUD realizou pesquisa de vitimização para 5 capitais brasileiras em 2002; em 2010, o IPEA lançou uma pesquisa que chamou de “indicadores de percepção social” abrangendo, dentre outros, questões relativas a segurança pública e sistema de justiça criminal; a pesquisa de vitimização da SENASP / MJ, a mais abrangente até então e cujos dados foram também colhidos em 2010, encontra-se em vias de finalização.

² A literatura nacional e internacional compreende que, para o caso de homicídio, a cifra negra deve ser provavelmente muito pequena, dada a dificuldade de “esconder” a ocorrência desse tipo de crime. Também para o caso de roubo e furto a veículo, acredita-se que as cifras são muito baixas, uma vez que a maior parte dos automóveis possui seguro, sendo seu acionamento dependente do registro da ocorrência.

³ Embora também com problemas, a área da saúde mantém um registro de ocorrências de homicídios que tem sido utilizados por sua maior confiabilidade com relação registros

Por outro lado, as pesquisas de vitimização têm sido comumente estruturadas de forma a captar atributos do indivíduo e sua relação com o fenômeno da vitimização. Além das variáveis socioeconômicas e demográficas padrão, a pesquisa busca, também, captar elementos relacionados à perspectiva que ficou conhecida, na área dos estudos sobre crime e segurança pública, como “teoria das oportunidades”.

Essa abordagem parte do pressuposto de que a ocorrência de eventos de crime / vitimização depende do encontro, no tempo e no espaço, de um (potencial) ofensor motivado e uma vítima potencial, na ausência de guardião; nesse sentido, algumas causas ou fatores concorrem no sentido “criar” ou facilitar as oportunidades para que o crime ou a vitimização aconteçam.

Essa perspectiva é amplamente tributária da “teoria econômica do crime” de Becker (1968), que utiliza o conceito de agente racional para inferir a decisão individual de entrar no mercado legal ou ilegal (criminal). Fundamentalmente, Becker (1968) considera que os indivíduos decidem entrar para o mercado criminal a partir de uma comparação dos custos e benefícios deste, com relação aos do mercado de trabalho legal. Para tanto, compara-se o retorno esperado no mercado de trabalho legal com relação ao custo da oportunidade de se cometer um crime⁴.

Uma outra teoria que incorpora a “abordagem das oportunidades” na análise do crime e da vitimização foi desenvolvida principalmente por Cohen e

policiais, além de sua maior abrangência nacional e temporal (desde a década de 1980).

⁴ O custo de oportunidade estaria baseado no retorno esperado dos ganhos no mercado de trabalho legal. Este por sua vez, depende de vários fatores, entre eles, a base familiar, a escolaridade, o gênero e probabilidade estar empregado. Por outro lado, o retorno esperado no mercado criminal é relacionado a dois estados: cometer o crime e não ser capturado, em que o retorno é o valor auferido com o crime; e cometer o crime e ser capturado, em que o retorno esperado é o valor auferido com o crime menos o valor pago pela penalidade. A probabilidade de ocorrência desses dois estados da natureza está relacionada à probabilidade de ser capturado que, para Becker, dependeria basicamente da eficiência da polícia. Assim, o indivíduo maximiza a utilidade esperada para o mercado de trabalho legal e ilegal, optando por aquele que proporciona maior utilidade.

Vários seguidores de Becker trabalham dentro do princípio básico do seu modelo, mas sofisticando a análise no que se refere aos pressupostos ou incentivos positivos e negativos à entrada no mercado de trabalho legal ou ilegal. Podemos citar alguns exemplos, como a possibilidade do mesmo indivíduo alocar tempo no mercado legal e ilegal (Erllich, 1973); a consideração de fatores éticos e psicológicos que influenciam na escolha do indivíduo (Block e Heinecke, 1975); a inserção do papel da interação entre comunidade, polícia e criminoso na determinação da probabilidade de aprisionamento (Akelof e Yellen, 1994); a inserção de interações pessoais como promotoras do aprendizado de comportamentos favoráveis ou desfavoráveis ao crime (Glaeser, Sarcedote e Scheikman, 1996); a influência do nível de riqueza e do papel de programas sociais na decisão de entrada no mercado ilegal (Zhang, 1997).

Felson (1979). Conhecida como teoria das atividades rotineiras – *Routine Activity Approach* – ela é utilizada para explicar a relação entre certos atributos individuais e as chances de ser vítima de crimes. Os autores consideram que fundamental para determiná-las é a dinâmica que propicia a convergência entre ofensor e vítima em uma localidade particular. Assim, o fator *proximidade* (entre vítima e ofensor) estaria intrinsecamente relacionado à chance de ocorrer o evento de crime / vitimização. Além disso, os padrões de alocação do tempo, por parte dos indivíduos, entre atividades de trabalho e lazer também jogariam papel fundamental na determinação de situações de *proximidade* entre vítima e ofensor. Segundo Cohen et al. (1981), outros dois fatores também afetam a ocorrência de crime / vitimização: a *exposição* e a *atratividade* da vítima em potencial. *Exposição* referir-se-ia à visibilidade ou à acessibilidade física da pessoa ou do objeto alvo do crime, para o criminoso. A *atratividade*, por sua vez, refere-se-ia ao possível ganho material ou desejo simbólico que o potencial alvo desperta no ofensor motivado. Assim, *proximidade*, *padrões de uso do tempo*, *exposição* e *atratividade* criam oportunidades para a ocorrência do evento de crime / vitimização.

Por fim, alguns dos aportes gerais da teoria do estilo de vida – *Life-Style Model* – desenvolvida por Hindelang et al. (1978) são considerados na “perspectiva das oportunidades” e são comumente contemplados nos instrumentos de coleta de dados utilizados nas pesquisas de vitimização. Os autores desse modelo consideram que o estilo de vida adotado pelos indivíduos afeta o nível de risco das situações às quais se submetem. O estilo de vida dependeria da forma como os indivíduos se adaptam às expectativas da sociedade, dos grupos aos quais pertencem e também de restrições que chamam de “estruturais”, as quais seriam determinadas, fundamentalmente, pelo nível de renda e pela estrutura ocupacional.

Os resultados empíricos da aplicação deste arcabouço teórico na análise do crime e da vitimização têm sido os mais diversos. Uma grande variedade de resultados, muitas vezes contraditórios, pode estar relacionada ao fato de que poucos economistas têm atentado para o efeito das características territoriais ou das localidades onde os crimes ocorrem na determinação do evento. Ao colocarem ênfase sobre o impacto das variáveis econômicas e “atributos

individuais” ou relacionados aos estilos de vida individuais que influenciam a “oportunidade criminal”, muitas vezes os economistas negligenciam fatores sociológicos presentes nas localidades ou territórios onde os indivíduos residem e trabalham, entre outros.

Já é consenso entre os estudiosos da área que os crimes não estão distribuídos de forma homogênea no espaço urbano (acerca de estudos realizados no Brasil, ver Lima et alii, 2010; Rivero, 2010; Cano e Santos, 2001; Soares et alii, 1996; entre outros). Além dos eventos criminais se concentrarem em determinadas áreas da cidade, há motivos para crer que estas variam, em maior ou menor grau, dependendo do tipo de evento considerado⁵.

A distribuição espacial da criminalidade, ou sua concentração em determinadas áreas levanta, pois, a questão de que se um conjunto de características do território gera (ou sustenta) dinâmicas de criminalidade e vitimização, como primeiro apontado pelos autores da chamada “Escola de Chicago”. Tais autores focaram sua análise nas comunidades locais em que os indivíduos estão inseridos, buscando explicar o processo criminal como um fenômeno físico-social e uma função do que chamaram de “patologia das cidades” (Park e Burgess, 1924). Sua análise se baseou no conceito de desorganização social, sendo essa a principal explicação para as diferentes taxas de crimes presentes nas diferentes regiões de uma mesma cidade.

Segundo Shaw e Mckay (1942), desorganização social seria a incapacidade de uma comunidade de realizar os valores comuns de seus residentes e manter um controle efetivo sobre seus membros, uma vez quebrados os vínculos sociais e afetivos das famílias e das associações da vizinhança: “Organização e desorganização sociais são vistas como fins diferentes do mesmo *continuum* de redes sistêmicas de controle social” (Shaw e MacKay, 1942). Fatores “estruturais” – condições socioeconômicas, heterogeneidade étnica e alta mobilidade social – seria os responsáveis por essa ruptura na organização social da comunidade, contribuindo para uma

⁵ Na verdade, não há consenso sobre essa questão; a maioria dos autores, aliás, infere que em locais onde há alta concentração de homicídios, há também grande concentração de outros crimes, em especial, violentos. O problema é que a maior parte desses estudos, qualitativos, foca-se apenas sobre o homicídio como indicador de criminalidade. Além disso, se há fortes razões para se crer que locais com presença de tráfico de drogas combinam tipicamente pobreza e criminalidade violenta, como forma de sustentar esse mercado ilegal (ver, por exemplo, os inúmeros estudos de A. Zaluar sobre o assunto), por outro, essa situação não pode ser generalizada para as demais áreas da cidade que não hospedam o tráfico.

elevação nas taxas de crimes (Sampson e Groves, 1989).

Contudo, Shaw e McKay (1942) não consideraram o papel da esfera estatal na distribuição de bens e serviços, bem como seu acesso, para as diferentes comunidades no interior do espaço da cidade. Políticas econômicas, sociais e outras intervenções podem, na verdade, interferir significativamente na geração de padrões distribuição de bens, serviços, pessoas, bem como criar diferentes padrões de relacionamento entre os grupos sociais e os diferentes territórios no espaço (Hope, 2001).

Um aumento das redes de sociabilidade e de integração social a partir da diminuição da atuação da esfera pública poderia afetar, assim, os padrões de criminalidade, os quais podem eles mesmos se tornar co-produtores dos processos de decadência urbana, aumentando ainda mais a desestruturação de redes sociais e causando, por sua vez, posterior desintegração social. Esse padrão retroalimentador de desestabilização parece central para compreender o papel das políticas públicas em limitar ou alimentar a “espiral de decadência” característica das áreas de alta criminalidade (Skogan, 1990).

Estas novas questões abriram novos campos de análise; a nova formulação da teoria da desorganização social é feita de forma mais sofisticada através do chamado “modelo sistêmico”, que considera a relação entre residentes e instituições locais, e entre a comunidade local e agentes, agências e instituições externas (Bursik e Grasmick, 1993; Kubrin e Weitzer, 2003). Esta abordagem vê a “comunidade” como um complexo de relações de sociabilidade e laços de associações formais e informais, ao mesmo tempo em que considera o território local como sendo influenciado por instituições da sociedade e governamentais, as quais refletem também as rupturas e desarticulações sócio-econômicas da sociedade contemporânea (Kasarda e Janowitz, 1974). O ponto central da reformulação dessa teoria é o entendimento dos mecanismos locais que reduzem e/ou controlam a criminalidade, e a forma como são afetados por fatores mais amplos e exógenos. Desta forma, os autores consideram na explicação da criminalidade o controle social informal, os laços sociais, o capital social, a eficácia coletiva e suas interconexões com níveis mais amplos da sociedade.

Alguns estudos empíricos se apropriam dessa perspectiva; Skogan mostrou que a distribuição da desordem em 40 áreas urbanas dos EUA estava

positivamente correlacionada ao nível de pobreza, à composição racial e ao grau de instabilidade nestes locais, entre os anos de 1977 e 1983. Além disto, alto grau de desordem era associado com baixa taxa de ajuda mútua entre os residentes (Skogan, 1990). Taylor, Shumaker e Gottfredson (1985) observaram que na região de Baltimore a desordem é mais comum em regiões de baixa renda, baixo nível educacional e alto desemprego. Taylor (2001) investigou a relação entre a estrutura ecológica, as ações de desordem, o afeiçoamento local e o envolvimento social para 66 comunidades aleatórias de Baltimore e Maryland. Os resultados obtidos apontaram para uma forte relação entre o meio ambiente transacional e as ações de desordem⁶.

Entender a criminalidade através da perspectiva do local onde ocorrem, incorporada à idéia de uma análise sistemática da dinâmica criminal fornece maior amplitude na compreensão do processo pelo qual a criminalidade se instaura e se mantém em determinadas áreas da cidade. Nesta perspectiva, a criminalidade é explicada através da interação sistêmica entre as características individuais, os padrões de interação social e espacial, sua organização e a influência das instituições públicas e privadas nestas racionalidades.

2. Vitimização e políticas de segurança pública em São Paulo

O presente estudo se baseia nas pesquisas de vitimização realizadas pelo INSPER nos anos de 2003 e 2008, para o município de São Paulo, e se foca sobre cinco tipos de vitimização tradicionalmente considerados pelos estudiosos e gestores da área da segurança urbana: roubo à pessoa, furto à pessoa, roubo e furto à residência, roubo e furto de veículo e agressão física. De acordo com os dados da pesquisa, 20.09% dos respondentes foram vítimas de algum desses crimes em 2003 ou em 2008.

De maneira geral, a pesquisa apontou para uma redução em quatro dessas cinco dinâmicas. Apenas a vitimização por roubo a pessoa aumentou em 1% comparando-se 2008 a 2003. Todas as demais apresentaram uma

⁶ Neste trabalho, não tentamos entender a determinação da desordem, mas apenas a vitimização por crime, uma vez que o instrumento de coleta propiciava apenas a geração de indicadores de “percepção” de desordem – os quais estariam, acreditamos, altamente enviesados pela experiência pessoal da vitimização.

pequena redução, que variou entre -0,4% a -1,9% dentre os anos (ver Tabela 1). O presente estudo busca entender essa variação, focando-se sobre os diferenciais apresentados por essas dinâmicas de vitimização entre os anos.

Tabela 1:
Estatísticas Descritivas da Vitimização

Vitimização	2003		2008		Diferença Média (2)
	média	sd	média	sd	
Roubo a casa	0.063	0.242	0.058	0.234	-0.00427
Roubo a pessoa	0.025	0.157	0.035	0.184	0.010***
Furto a pessoa	0.054	0.226	0.049	0.216	-0.005
Roubo de veículo(1)	0.079	0.270	0.060	0.237	-0.019**
Agressão Física	0.040	0.196	0.027	0.161	-0.013***

Nota: (1) as estatísticas para roubo de veículo foram calculadas considerando apenas os indivíduos que tinham veículo.

(2) Os asteriscos se referem a significância do teste de diferença de médias: * significativo a 10%; **significativo a 5%; ***significativo a 1%

Tanto a literatura acadêmica quanto as estatísticas oficiais ressaltam uma importante inversão no quadro da insegurança pública em São Paulo nos anos 2000. Diferentemente das duas décadas anteriores, quando o fenômeno da criminalidade foi caracterizada por um constante aumento, nos anos 2000, o município de São Paulo apresentou uma forte redução de boa parte dos crimes, especialmente os homicídios. Entre 2003 e 2008, essa variação foi de mais 70%, com 1622 mortes por agressão em 2008 contra 5591 mortes em 2003.

Embora não exista consenso entre os estudiosos e gestores da área quanto aos fatores que deram causa a essa nova tendência, há acordo sobre uma mudança de atuação por parte dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Estudo da Fundação Seade, elaborado para a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, chama a atenção para uma série de fatores relacionados aos processos sociais, políticos e institucionais que devem ser considerados, acerca da atuação do Estado no campo da segurança pública e da prevenção da violência. Segundo esse texto, um olhar sintético sobre as instituições e as políticas de justiça e segurança pública implementadas no Brasil e, em particular, no Estado de São Paulo, após a transição democrática, segue uma trajetória que, a despeito de bastante conhecida, convém recordar.

De início, nas décadas de 1980 e 1990, observou-se crescimento

constante dos índices de criminalidade e violência e da sensação de insegurança da população – que ainda é a realidade de vários Estados. Porém, o próprio crescimento da incidência de atos violentos nas décadas passadas levou algumas Unidades da Federação, particularmente o Estado de São Paulo, a iniciar uma série de reformas gerenciais de suas polícias e buscar formas de integrar os esforços das várias instituições que compõem esse sistema. Nesse contexto, também ganhou corpo a visão de que os fenômenos do crime, da violência, da desordem resultam de múltiplos determinantes e causas (Lima, 2011).

Assim, a implementação de mudanças na política de segurança pública, associada a uma perspectiva mais ampla das causas da violência, levou à admissão por parte das autoridades pública e dos estudiosos do tema de que a incidência da violência e do crime sofre influência da conjuntura social e demográfica, da presença de fatores de risco, da execução de políticas sociais e urbanas, de estratégias de prevenção, entre outras ações. Sob essa ótica, ainda que as polícias e a justiça criminal sejam decisivas nos esforços de enfrentamento à criminalidade e preservação da paz, foram incorporadas diferentes instituições e atores sociais, bem como foram adotadas novas práticas.

No campo gerencial, um dos argumentos mais mobilizados na explicação da recente e acentuada queda nos homicídios em São Paulo está associado à gestão das políticas de segurança pública, particularmente às reformas focalizadas e ao planejamento estratégico adotado nos últimos dez anos pela Secretaria de Segurança Pública. Entre essas iniciativas, mencionam-se a ampliação do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, a criação da Superintendência de Polícia Técnica e Científica, o estabelecimento de prioridade para a prisão de homicidas seriados, a compatibilização de áreas de atuação das duas polícias territoriais e o policiamento comunitário (Lima, 2011).

Assim, a partir desta década, a política pública de segurança de São Paulo tem sido pautada, em suma, a partir das seguintes ações:

1. planejamento e avaliação de ações e das políticas;
2. modernização e ampliação dos sistemas de comunicação e do uso de

- novas tecnologias;
3. gestão da informação (Infocrim⁷, Sistema de Metas de Atuação Policial);
 4. práticas e procedimentos de ação com referência aos pressupostos de garantia de direitos (Proteção a Testemunhas, Programa Bem Me Quer⁸, criação dos POPs – Protocolos Operacionais Padrão – pela PM, Operações Saturação⁹ e Virada Social¹⁰, entre outros);
 5. políticas locais de prevenção (como o policiamento comunitário¹¹ e os CONSEGS – conselhos de segurança pública¹²);
 6. formação e valorização profissionais, inclusive a inclusão de disciplinas sobre direitos humanos nas academias de polícia e escolas dos profissionais do campo;
 7. ampliação dos meios de controle interno e externo (Ouvidorias e Corregedorias; Comissão para Redução da Letalidade Policial);
 8. criação de espaços institucionais que ampliam o acesso à justiça e à garantia de direitos (Defensoria Pública, Tribunais Especiais, Polícia Científica, novas unidades da Fundação Casa, nova visão da política fundiária, etc.).

Também se vincula a esse movimento as ações relacionadas ao Estatuto do Desarmamento, que permitiu a retirada de armas de circulação e o conseqüente impacto na tendência de redução dos homicídios. São Paulo foi pioneiro em organizar *blitzes* para fiscalizar a presença de armas e munição.

⁷ Sistema de informações de criminalidade do Estado de São Paulo.

⁸ Programa operado em parceria entre as Secretarias de Saúde e de Segurança Pública, e o Ambulatório de Violência Sexual do Hospital Pérola Byington, voltada para vítimas de abuso sexual. O programa conta com equipe multidisciplinar orientada a oferecer ajuda médica, realizar exame de corpo de delito, simplificar o processo de notificação às autoridades e poupar as vítimas de exposição demasiada.

⁹ A Operação Saturação (OSTE) é uma modelo de ação policial criado pela Tropa de Choque da Polícia Militar de São Paulo, circunscrito a um determinado território da cidade, que busca prender criminosos procurados e “evadidos” do sistema prisional, com vistas a desestruturar o tráfico de drogas da área. Nessas operações, um grande contingente é mobilizado (até 800 policiais), que pode permanecer na região entre 60 a 90 dias. Na capital, foram realizadas 3 OSTEs, dentre 2005 a 2008 – Jardim Elisa Maria, Jardim Alba e Rio Claro.

¹⁰ A Virada Social é uma ação que procede a Operação Saturação. Após a tomada do território pela polícia, órgãos do Estado, do município, bem como ONGs são acionadas para implementar, temporariamente, “ações sociais” na comunidade, como prestação de atendimento odontológico, Poupa Tempo, entre outros.

¹¹ Há atualmente em funcionamento seis postos de policiamento comunitário instalados no município de São Paulo, em pontos considerados “estratégicos”.

¹² O Estado de São Paulo conta hoje com 67 conselhos de segurança pública.

Segundo os registros da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, foram feitas 54.984 apreensões de armas dentre os anos 2003 e 2008 no município. Para corroborar essa perspectiva, há estudos (CERQUEIRA, 2011) realizados com informações do Datasus para avaliar os impactos da campanha do desarmamento no índice de mortalidade por arma de fogo, registrando uma redução de 19,4% no número de mortes deste tipo, que passaram de 10.097 para 8.137, entre 2003 e 2004, exatamente no período de início de vigência da nova legislação.

Há, ainda, a percepção de que o crescimento do encarceramento, superior à média nacional, tenha sido um dos fatores que também contribuíram para a redução dos homicídios. Em 2003, a população carcerária era de 99.026 no Estado de São Paulo, e em 2008 já era de 145.096.

Adicione-se a isso o aumento dos recursos públicos destinados à área de segurança pública, que, em São Paulo, passaram de 6,6%, em 1999, para quase 8% do total das despesas governamentais, em 2009. O Governo de São Paulo gastou, em 2009, mais de R\$ 10 bilhões com o gerenciamento de suas polícias¹³. O volume de crescimento dos recursos dentre 2003 e 2008 é mostrado na tabela a seguir:

¹³ Estimamos haver cerca de 40 mil policiais fixadas no município de São Paulo; contudo, dados precisos não são divulgados.

Quadro 1:
Gastos com segurança pública em São Paulo, 2003 e 2008

Origem	2003	2008
Gastos do <u>município</u> na função segurança pública (em reais) ¹	133.014.535,03	209.198.320,20
Gastos do <u>estado de São Paulo</u> na função segurança pública (em reais) ¹	*	7.618.943.724,46
Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública repassado para o <u>Estado</u> de São Paulo por meio de convênio ²	30.000.000,00	90.000.000,00
Recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública / Pronasci repassados para o Município de São Paulo ³	9.348.000,00	40.327.304,74

* dado indisponível.

Fontes: 1. Sistema Fimbra/STN. 2. Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública. 3. Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por último, devem ser destacadas também as inegáveis transformações ocorridas no nível nacional – especialmente, na área da política macroeconômica e das políticas sociais – que, provavelmente, impactaram as condições de vida no município de São Paulo. Vale como destaque a mudança no índice de Gini do município, que passou de 0,45 em 2003 para 0,48 em 2008; e no PIB paulistano, que foi de 146.855.265 mil em 2003 para 357.116.681 mil reais em 2008.

Esses dados indicam que há, por parte dos diferentes níveis de governo, uma série de ações que parecem considerar essa multiplicidade de posições e buscam avançar no teste das diferentes variáveis que montam o cenário da violência urbana hoje no país. Até por isso, a área de segurança pública no Brasil, sobretudo nos últimos dez anos, presenciou um crescimento significativo do papel da informação estatística no planejamento e execução de suas ações. Vários foram os governos estaduais que adotaram modernas ferramentas de produção e uso de dados no ciclo de planejamento e avaliação de suas políticas de segurança e de ação das polícias e, para isso, investiram no aprimoramento da qualidade e na disseminação de dados.

Se, até meados dos anos de 1990, as organizações policiais produziam estatísticas isoladas, foi a partir da promulgação da Lei Estadual 9.155/95, em São Paulo, que elas foram associadas ao debate da transparência e se

transformaram em importante instrumento de gestão democrática da segurança pública. Nesse processo, São Paulo foi o estado pioneiro na modernização das polícias por meio da gestão da informação e, desde então, desenvolve iniciativas como a compatibilização de área de atuação das polícias Civil e Militar (1998), a criação do Infocrim (1999) – sistema símbolo no país e que incorpora o geoprocessamento como insumo básico de alocação e mobilização de recursos policiais –, o estabelecimento de sistemas de acompanhamento de metas de ação (2000) e a integração ou inclusão de disciplinas de análise criminal nos cursos de formação dos profissionais das polícias paulistas (2003).

Todavia, se a Secretaria de Segurança e as Polícias paulistas têm investido energias na inovação de suas práticas de gestão, num movimento de agregar valor às informações disponíveis e gerar indicadores adequados ao trabalho policial, esse processo não é tão intenso nas demais instituições do sistema de justiça criminal e, em muitos casos, o acesso a dados é dificultado. Há, ainda, um longo trabalho de organização e transformação de grandes volumes de dados em indicadores passíveis de serem utilizados para o planejamento e formulação de ações.

Ademais, pelos dados disponíveis, é muito difícil estabelecer parâmetros de comparação. Num exemplo possível, as áreas de jurisdição dos distritos policiais são diferentes das áreas dos distritos administrativos da Prefeitura, dificultando a construção de taxas populacionais e a comparação com pesquisas de base domiciliar. Outra dificuldade são os constrangimentos políticos e institucionais, como a não divulgação dos efetivos policiais desagregados para o nível municipal¹⁴.

Nessa direção, todas as políticas acima mencionadas não podem ser completamente testadas em sua eficácia, na medida em que os dados existentes mostram-se frágeis e pouco robustos. Os estudos precisam construir e reconstruir séries e, com isso, é possível afirmar que São Paulo carece de sistemas de informações padronizados e que permitam a análise mais detalhada dos determinantes da criminalidade e da vitimização por crimes . Por

¹⁴ Segundo relatos orais, as Polícias evitam essa divulgação sob a justificativa de que os prefeitos dos municípios do estado fariam comparações e tentariam “politizar” a alocação de policiais em suas cidades.

ora, conforme veremos nas próximas seções, há que se destacar o avanço observado na redução dos homicídios, confirmado por várias fontes, constituindo um sucesso inegável das políticas de segurança implementadas no Estado e no município. Contudo, esse movimento não parece ser acompanhado pelos demais delitos; há, ao que tudo indica, um descolamento entre os determinantes da vitimização por homicídios daqueles observados sobretudo para os crimes patrimoniais (roubo e furto).

3. Seleção das variáveis e hipóteses consideradas

Neste trabalho, analisamos os determinantes da vitimização em São Paulo ao longo do tempo por meio da perspectiva sistêmica da dinâmica criminal apresentada na revisão teórica. Dentro desta perspectiva, esperamos ser possível compreender os motivos das mudanças no padrão de vitimização entre 2003 e 2008 e explicar as diferenças neste padrão de mudanças de acordo com o tipo de crime. Segundo relatório do Insper (2009), as estatísticas descritivas das características dos entrevistados são similares entre os anos, permitindo a comparação dos resultados.

Por outro lado, partimos do pressuposto de que o fenômeno da vitimização deve ser analisado de forma mais ampla do que apenas focar-se sobre as características individuais, necessitando incorporar na análise características do(s) local(is) em que os indivíduos estão inseridos.

No presente estudo, utilizamos uma combinação de banco de dados: os bancos de dados de vitimização no município de São Paulo (Pesquisa Insper para os anos de 2003 e 2008) e dois bancos de dados complementares: um que contém características dos distritos administrativos de São Paulo (Fundação Seade); e outro com indicadores das regiões homogêneas do município (Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego – SEADE e DIEESE).

A natureza longitudinal dos dados permitiu a incorporação, nos modelos, de variáveis relacionadas à trajetória passada e contemporânea do indivíduo, e também características do distrito e região homogênea onde ele reside. A probabilidade de vitimização é então relacionada a fatores referentes a três

níveis de análise: no primeiro nível, a variável dependente é uma função dos atributos relacionados aos próprios respondentes; no segundo, dos fatores relacionados ao distrito administrativo onde o respondente reside (São Paulo está dividida em 97 distritos administrativos); e no terceiro nível, às características da região homogênea da qual o indivíduo faz parte (são 9, ao todo, no município). A suposição que subjaz o modelo é a de que as características individuais e os insumos sociais, locais e macrolocais de onde o indivíduo circula são importantes determinantes da probabilidade de vitimização.

Crimes

As variáveis a serem explicadas pelos modelos são as vitimizações por crimes, que serão analisadas separadamente: vitimização por crime de roubo / furto à residência, por roubo / furto de veículo, roubo contra a pessoa, furto contra a pessoa e agressão física¹⁵. A análise separada destas categorias se deve ao fato de acreditarmos que cada um desses fenômenos possui uma dinâmica criminal diferenciada.

Nível 1: indivíduos

Para determinar os perfis de risco individuais empregamos os dados provenientes da pesquisa de vitimização do Insuper, dos quais selecionamos, em primeiro lugar, atributos individuais: idade; cor/raça; sexo; escolaridade; *dummy* para natural do estado de São Paulo; *dummy* para economicamente ativo e classe social¹⁶. As variáveis escolaridade e classe social apresentaram número muito alto de *missings* (32 e 38%, respectivamente), tendo sido, portanto, retiradas do modelo. Incluímos *dummy* para número de banheiros (2 ou +) e número de residentes no domicílio (indicadores comumente utilizados na literatura como proxies de situação socioeconômica) e local de residência (casa ou apartamento)¹⁷.

¹⁵ Para a definição das dinâmicas criminais foram utilizadas as questões q14, q57, q58, q99, q105, q106 e q128.

¹⁶ A partir das questões c2, q189, c3, q177 e q1, respectivamente. As classes sociais foram construídas a partir das questões q168 e q170, e definidas segundo metodologia da CCEB 2003 e 2008 (disponível no site www.abep.org.br).

¹⁷ q165, q9 e c1.

Incorporamos, outrossim, indicadores de situações consideradas “protetivas”, como tempo de moradia no local e se o imóvel onde reside é próprio¹⁸. A literatura anglossaxã, que utiliza com mais frequência essas variáveis, supõe que quanto maior o tempo de residência no local, ou sendo o morador proprietário do imóvel, maior sua predisposição para tomar iniciativas no sentido de proteger, tanto o imóvel quanto a vizinhança onde reside da atividade criminal predatória. Essas iniciativas podem incluir desde a contratação de serviços ou compra de equipamentos de segurança, até a mobilização coletiva (Skogan, 1990).

Construímos um índice de participação comunitária, de interação com os vizinhos, de atividades comunitárias e um indicador de confiança interpessoal.¹⁹ Por um lado, as teorizações (principalmente por parte da literatura norteamericana e inglesa) acerca da mobilização comunitária e da participação em estratégias de segurança pública (tais como policiamento comunitário, fóruns comunitários para discussão dos problemas de insegurança, criação de redes de vizinhos para vigilância e proteção mútua) apostam no seu papel também protetivo – não somente em face da criminalidade, mas também da vitimização por crimes (Sampson e Groves, 1989; Sampson et al, 1998; Crawford, 2004).

Por outro lado, sabe-se que, no contexto brasileiro, as localidades com maior incidência de participação e mobilização comunitária constituem, em geral, comunidades de baixa renda, e que concentram tanto um maior número de criminosos (tais como conhecidos pelo sistema de justiça criminal) quanto um maior número de vítimas de crimes (Zaluar, 1997; Adorno, 2002). Portanto, espera-se que os resultados encontrados por estas variáveis sejam contrários aos presentes na literatura internacional, pois em países desenvolvidos as participações e mobilizações comunitárias são típicas de comunidades de classe média.

Por fim, incorporamos indicadores de atividades rotineiras e/ou estilo de vida, seguindo a teorização de Cohen e Felson (1979) e Hindeland et al (1978). A modelo teórico sobre o estilo de vida – *Life-Style Model* – considera que a diferença no estilo de vida dos indivíduos afeta as situações em termos de

¹⁸ q167 e 166.

¹⁹ q147, q149, q156; q 152 e q153 foram utilizadas para a construção do indicador de confiança interpessoal.

menor ou maior risco de vitimização. O estilo de vida adotado pelos indivíduos dependeria da forma como se adaptam ao papel que a sociedade espera que desempenhem e às restrições estruturais, as quais são determinadas, fundamentalmente, pelo nível de renda e pela estrutura ocupacional.

Uma perspectiva similar, a teoria das atividades rotineiras – *Routine Activity Approach* – desenvolvida por Cohen e Felson (1979) também é comumente utilizada para explicar a relação entre certos atributos individuais e as chances de ser vitimado por crimes. Os autores consideram que fundamental para determiná-las é a dinâmica que propicia a convergência entre ofensor e vítima no tempo e no espaço. Assim, o fator *proximidade* (entre vítima e ofensor) estaria intrinsecamente relacionado à chance de ocorrer o evento de vitimização. Os padrões de uso do tempo, por parte dos indivíduos, entre atividades de trabalho e lazer jogariam papel fundamental na determinação da *proximidade* entre vítima e ofensor.

Cohen et al. (1981) incluem duas outras dimensões que afetariam de maneira importante os riscos de vitimização – exposição e atratividade da vítima em potencial. *Exposição* referir-se-ia à visibilidade e acessibilidade física da pessoa ou do objeto para o criminoso. *Atratividade* representaria o desejo simbólico ou material que o indivíduo ou a propriedade alvo supostamente desperta no ofensor motivado. Assim, *padrões de uso do tempo*, *exposição* e a *atratividade* facilitariam a oportunidade ou o risco de ocorrência do evento de vitimização²⁰.

Com base nessa abordagem, incluímos supostos fatores do ambiente ou da rotina de vida dos indivíduos, que aumentariam as “oportunidades” de vitimização: utilização de meio de transporte (particular ou público); frequência a bares; índice de frequência a atividades de lazer externas ou religiosas; posse de arma e uso regular de bebida alcoólica²¹. Essa perspectiva parece ter sido a mais comum nos estudos que analisaram dados de vitimização para o contexto brasileiro (BEATO et al., 2004)

²⁰ Essas perspectivas foram incorporadas posteriormente por Clarke e Felson (1998), em uma perspectiva que ficou conhecida como Teoria das Oportunidades, e que fundamenta estratégias “situacionais” de prevenção do crime e da vitimização por crimes.

²¹ Q183, q160, q142, q157 e q158.

Níveis 2 e 3: distritos administrativos e regiões homogêneas

O modelo que propomos procura explicar a vitimização sob a ótica sistêmica de forma a não incorrer na “falácia ecológica” (não inferir relações ao nível individual baseadas em dados agregados) e na “falácia individualista” (não supor que as relações causais necessariamente geram correlações no nível do indivíduo, pois podem ser confundidas com processos de nível comunitário).

A inclusão da mediação dos diferentes níveis para além do nível individual – “comunitário”, macrossocial e político –, na determinação do risco de vitimização é importante. É razoável supor que indivíduos com mesmo “perfil” possuem probabilidades distintas de vitimização por habitarem locais distintas no interior da cidade – o jovem negro, de classe média, com ensino médio, provavelmente terá chances distintas de vitimização caso resida no Capão Redondo ou no Morumbi.

Assim, supomos que as condições socioeconômicas que caracterizam as distintas localidades dentro do espaço da cidade provocam diferentes riscos ou oportunidades de vitimização. Ademais, os perfis dessas localidades, seu grau de “organização social” e, conseqüentemente, o risco de vitimização a que está submetida a população que nelas habitam, mudam de um período para outro e conforme mudam os padrões de políticas públicas ou a atuação dos governos.

Na literatura anglossaxã, a perspectiva “sistêmica” é analisada a partir do conceito de “organização social” (Kasarda e Janowitz, 1974; Bursik, 1988; Sampson, 1989). A desorganização social é, portanto, uma característica das diferentes comunidades que é impactada por diversos processos, entre eles: pobreza, rotatividade populacional, entre outros fatores. Mas ela também determina o grau de comportamento criminoso gerado no nível comunitário.

Sampson e Wilson (1995) consideram três perspectivas na análise da “dimensão estrutural” ou do “grau de organização social” das comunidades: concentração de pobreza, desestruturação familiar e instabilidade residencial²². Land et al (1990) captaram a relevância da privação relativa, da dissolução

²² Os autores utilizam as seguintes variáveis: densidade populacional e residencial, para indicar variações no padrão de urbanização; porcentagem de residências chefiadas por um único adulto, para medir grau de desestruturação familiar; densidade de lojas, para verificar estruturas de oportunidade para crimes predatórios; rotatividade populacional para observar mudanças na comunidade (ver também Bursik, 1988).

familiar e da urbanização²³ na determinação de padrões de vitimização. Outros autores incorporam variáveis que mensuram o grau de “eficácia coletiva” das comunidades²⁴: Sampson et al (1998) estimaram empiricamente a operação desse mecanismo no nível comunitário e seu papel mediador dos processos advindos do nível “macro” e a incidência de crime violento e desordem emergente no nível micro. Sampson e Groves (1989) analisaram a prevalência e interdependência das redes sociais em uma comunidade na determinação da capacidade de supervisão coletiva de uma comunidade para dar conta dos problemas de criminalidade locais²⁵.

Muitas das características das localidades que indicariam ineficácia coletiva ou desorganização social (tais como instabilidade residencial, concentração de famílias pobres, com crianças e monoparentais chefiadas por mulheres, conjuntos habitacionais, entre outros), parecem ser afetadas diretamente pelas ações governamentais e fatores externos. Assim, fatores políticos e transformações estruturais mais amplas devem também ser consideradas no modelo (Skogan, 1990; Wilson, 1987; Sampson e Wilson, 1995; Hope, 2001).

Assim, procuramos incorporar fatores que possivelmente ajudam a explicar existência de diferentes padrões entre as localidades no espaço intraurbano e que, ao impactarem no seu grau de “organização”, determinam sua maior ou menor capacidade de fazer frente aos fenômenos do crime e da vitimização. Buscamos informações que servissem como indicadores da atuação governamental e das mudanças econômicas e sociais, majoritariamente promovidas por ela.

Tais informações são quase inexistentes a nível intraurbano, gerando

²³ A privação relativa foi medida pela renda média, porcentagem de famílias abaixo da linha da pobreza, índice de Gini, porcentagem da população que é negra e a porcentagem de crianças que não vivem com ambos os pais; como indicadores de dissolução familiar foi utilizada a taxa de famílias monoparentais e a variável urbanização foi utilizada a partir do indicador densidade populacional.

²⁴ Como indicadores da “eficácia coletiva” das comunidades, tem-se usado comumente: nível de conhecimento entre as pessoas da comunidade; nível de confiança interpessoal; quantidade de amigos residentes na vizinhança e participação em atividades comunitárias (Sampson e Wilson, 1995; Bursik, 1988; Sampson e Groves, 1985).

²⁵ Os autores analisaram o *British Crime Survey* e encontraram que comunidades caracterizadas por esparsas redes de amizade, jovens não supervisionados por grupos e baixa participação organizacional ajudam (foster) a aumentar taxas de crimes. Ao contrário, a densidade de redes de amizade local (residentes com mais da metade de amigos morando na comunidade) teve efeito negativo nas taxas de roubo; a participação teve também efeitos negativos em roubo e violência de estranhos.

dificuldades em encontrar Indicadores disponíveis. Por um lado, no caso de indicadores de segurança pública, faltam registros ou eles são extremamente frágeis; ademais, muitos não são georeferenciados ou são suficientemente desagregados para se proceder a uma análise tal como a proposta; há ainda a incompatibilidade entre as divisões territoriais utilizadas pelo município (distritos administrativos e regiões homogêneas) e os órgãos de segurança pública (distritos policiais). Para o caso dos demais indicadores, poucas pesquisas costumam coletar dados em nível mais desagregados do que o municipal. Ademais, não poderíamos usar dados dos Censos Demográficos, caso quiséssemos entender a variação entre os anos 2003 e 2008 (havia dados disponíveis somente para o ano 2000).

Logo, para o nível dos distritos administrativos, consideramos as seguintes variáveis: percentual de nascidos vivos com baixo peso (menos de 2.500g); percentual de nascidos vivos de mães adolescentes; densidade populacional. Utilizamos, para o nível das regiões homogêneas, as seguintes variáveis: percentual de famílias com até meio salário mínimo; percentual de jovens de 15 a 17 matriculados no ensino médio; percentual da população ocupada com carteira assinada.

Indicador de política de segurança pública

Incorporamos ao modelo um indicador da política de segurança pública. Como relatado anteriormente, devido a variados fatores, como ausência ou fragilidade de demais dados, a política de segurança tem sido amplamente pautada pelos indicadores de homicídio. Assim, esses são atualmente considerados tanto indicadores de planejamento quanto de avaliação dos resultados da política de segurança praticada pelos diferentes níveis de governo. Os dados incluídos neste estudo encontram-se desagregados para o nível dos distritos administrativos, o que ajuda, de alguma maneira, a testar o “foco” e a efetividade das ações de prevenção da criminalidade e da vitimização realizadas. O Quadro 2 mostra as as variáveis incorporadas no modelo e o Anexo I apresenta as tabelas descritivas dessas

variáveis²⁶.

Quadro 2:
Variáveis Consideradas por Grupo Analítico

Grupos Analíticos	Nome das Variáveis
Atributos individuais	local de residencia-casa Número de residentes no domicílio dois ou mais banheiros Escolaridade <i>primário comp.\ fund. incompleto</i> <i>fund. Comp./médio incompleto</i> <i>médio comp./sup. incompleto</i> <i>ensino superior ou mais</i> Classe Social <i>classe C</i> <i>classe B</i> <i>classe A</i> Idade <i>jovens adultos- 25 anos a 34</i> <i>adultos- 35 anos a 59</i> <i>Idoso-maior 60</i> Cor- branco Sexo - homem estado de origem-São Paulo PEA
<i>fatores protetivos</i>	situação da residencia - própria tempo de moradia
atividades rotineiras	Meio de transportes no dia a dia <i>carro/moto- particular</i> <i>publico</i> Frequencia a bares <i>raramente</i> <i>frequentemente</i> indice-freq lazer externos posse de arma Uso de bebida alcolica <i>socialmente</i> <i>frequentemente</i>
<i>Envolvimento comunitário</i>	indice - participacao comunitária interação com o vizinho indice- atividades comunitária
<i>Confiança interpessoal</i>	indice- confiança interpessoal
<i>Política de Seg. Pública</i>	Taxa de homicídio (por cem mil)
<i>Política Pública -distrito</i>	taxa de mortalidade infantil (por mil) % Nascidos Vivos com Baixo Peso densidade demográfica (Km2)
<i>Política Pública -Região Homogênia</i>	% familias com até 1/2 sal. mínimos % jovens de 15 a 17aa nao freq.escola % de população ocupada cart. ass.

4. Estratégia de estimação e Discussão dos resultados

²⁶ Importante ressaltar que os eventos de vitimização puderam ser localizados no espaço do município a partir da variável “distrito”, constante da pesquisa de vitimização, referente ao distrito administrativo onde o respondente residia.

4a. A não hierarquia dos dados

A princípio, o instrumental analítico mais adequado para a construção de um modelo sistêmico da dinâmica da vitimização seria o modelo hierárquico longitudinal²⁷.

Os modelos hierárquicos longitudinais são computacionalmente intensivos e têm sido muito desenvolvidos recentemente (Skrondal e Rabe-Hesketh, 2004; Rabe-Hesketh e Skrondal, 2005; Steele, 2008).

Formalmente, na estimação dos modelos hierárquicos consideramos no nível 1 os indivíduos, no nível 2 os distritos administrativos e no nível 3 as regiões homogêneas. As informações em todos os níveis estão disponíveis para dois momentos no tempo (anos de 2003 e 2008). Especificamos um modelo hierárquico logit logitudinal para vitimização com indivíduos i associados a distritos administrativos J que, por sua vez, são associados a regiões homogêneas K :

$$\text{Logit}\{\text{Pr}(Y_{ijk}=1|x_{ijk}, \zeta^2_{jk}, \zeta^3_k)\} = \beta_1 + \sum \beta x_{ijk} + \zeta^2_{jk} + \zeta^3_k$$

27

A modelagem que melhor expressa os modelos sistêmicos são os modelos hierárquicos. Nesse estudo, estimamos originalmente modelos hierárquicos logísticos longitudinais, tendo como variável independente a probabilidade de vitimização. A característica básica deste modelo é a inclusão dos efeitos aleatórios individuais dentro dos modelos de regressões para considerar a influência destes indivíduos sobre suas observações repetidas. Esses efeitos aleatórios individuais são descritos para a curva de crescimento no tempo e para a explicação da estrutura de correlação dos dados longitudinais de cada um. Além disto, eles indicam o grau de variação que existe na população. São vários os motivos que tornam os modelos hierárquicos úteis quando se trata de pesquisa longitudinal e estruturas sistêmicas. O primeiro, é que não se assume que os indivíduos sejam mensurados na mesma quantidade em todos os pontos no tempo, implicando na inclusão dos dados individuais incompletos no tempo. A capacidade de considerar indivíduos com dados incompletos no tempo é uma importante vantagem em relação aos métodos tradicionais que requerem dados completos, pois considerar todos os dados aumenta o poder estatístico da análise. Além disto, a análise apenas com dados completos pode sofrer de viés proveniente destes indivíduos não serem representativos da população. Em resumo, nos modelos hierárquicos longitudinais o tempo é tratado como uma variável contínua, sendo que os indivíduos não precisam ser mensurados nos mesmos pontos no tempo. Isto é muito útil nas análises de estudos longitudinais quando o *follow-up* não é uniforme em todos os indivíduos.

Um segundo motivo que diferenciam os modelos hierárquicos longitudinais é que as covariadas variantes e que não variam no tempo podem ser incluídas no modelo. Então, mudanças na variável resposta podem também ser devido às características estáveis. Finalmente, enquanto as abordagens tradicionais estimam a variação da população na média ao longo do tempo, os modelos hierárquicos longitudinais podem também estimar variações para cada indivíduo. As estimações para mudanças individuais no tempo podem ser particularmente úteis em estudos longitudinais nos quais a proporção de indivíduos que exibe mudanças no tempo difere da tendência média.

Onde: x_{ijk} é o vetor contendo as covariadas em todos os níveis e $\zeta_{jk}^2 | x_{ijk}$, ζ_k^3 é um intercepto randômico sobre os distritos (nível 2) e $\zeta_{jk}^3 | x_{ijk}$ randômico variando sobre as regiões homogêneas (nível 3). Como usual, os efeitos randômicos são assumidos independentes um do outro e entre *clusters*.

Entretanto, nem sempre os modelos hierárquicos se adequam perfeitamente à estrutura de variabilidade dos dados, como ocorrido na primeira estimação realizada neste trabalho. Os resultados da estimação dos modelos hierárquicos logísticos longitudinais mostraram que ζ_{jk}^2 e ζ_k^3 não foram estatisticamente significativos,

Uma primeira explicação para esse resultado reside na consideração de que os atributos do nível individual são suficientes ou mais relevantes para explicar a chance de vitimização no município de São Paulo do que os atributos das comunidades, captados por meio dos distritos administrativos e regiões homogenias. Nesse contexto, residir em uma unidade territorial específica não faz diferença para a chance de vitimização. Entretanto, esta explicação nos parece simplista e acreditamos que a não hierarquia dos dados pode residir no fato de que as regiões homogêneas são unidades territoriais / administrativas que foram criadas há muitas décadas, não tendo mantido ao longo do tempo sua homogeneidade sociourbana. Sua constituição é proveniente de um estudo da Seplan (Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo) em 1977. Baseado nos dados do Censo de 1970, cada distrito da cidade foi analisado a partir de um amplo conjunto de variáveis socioeconômicas e demográficas, verificando que se encontravam distribuídos em oito regiões homogêneas. Apesar do município de São Paulo ter mantido, em parte, o padrão centro-periferia que lhe foi característico em boa parte do século XX, a cidade dos anos 2000 é mais diversa e fragmentada; seu padrão atual de distribuição dos grupos sociais, das atividades econômicas e das relações intraurbanas no território é muito mais heterogêneo.

O mesmo argumento vale para os distritos administrativos, unidades que foram criadas antes mesmo das regiões homogêneas. Aqui, vale um paralelo com os registros administrativos de ocorrências policiais. Pelos dados publicados pela Secretaria de Segurança, há um forte predomínio de registros de furtos e roubos nos distritos policiais localizados na região conhecida como centro ampliado da Capital e, em sentido inverso, uma concentração muito forte

dos registros de homicídios em distritos policiais localizados na periferia, com ênfase na região sul da cidade. Esse padrão tem se mantido ao longo da década de 2000, não obstante a redução nos homicídios e indica que a prevalência das ocorrências possui forte correlação espacial (LIMA E TOMESANI, 2010).

4b. Resultados dos modelos logit

Tendo em vista a não adequação da estrutura dos dados aos modelos hierárquicos logísticos longitudinais, a estratégia de estimação adotada, em seguida, foi estimar modelos logísticos considerando o tempo como uma variável de controle, e as variáveis dos níveis distrital e regional afetando diretamente a probabilidade de vitimização²⁸. Estimamos a seguinte equação logit incluindo uma *dummy* de tempo (denominada tempo):

$$\text{Logit}\{\text{Pr}(Y_{ijk}=1|x_{ijk})\} = \text{tempo} + \sum \beta x_{ijk} + \xi$$

Onde ξ equivale ao erro do modelo.

A tabela 2 apresenta os resultados dos modelos logit estimados para cada dinâmica de vitimização. Os modelos se mostraram estáveis quando estimados em blocos de variáveis para cada grupo considerado – cujos resultados encontram-se no Anexo II²⁹. Apesar da redução em 2008 para todas as dinâmicas de vitimização – com exceção da vitimização por roubo a pessoa – alguns resultados trazem importantes indicações.

²⁸ Adotou-se a estimação do modelo logit, em vez de estimar modelos em painel, porque a base de vitimização se constitui em um “pseudopainel”, ou seja apenas uma parte (não representativa) dos indivíduos foram acompanhados ao longo do tempo.

²⁹ Estimamos o mesmo modelo considerando apenas os 544 indivíduos em painel. Optamos por não analisar os resultados, pois este painel não é representativo de São Paulo.

Tabela 2:
Resultados da Estimação dos Modelos

Grupos Analíticos	variáveis	Odds Ratio estimada (1)				
		rc	rp	fp	af	rv
<i>Atributos individuais</i>	Tempo	1.17	1.06	0.66	0.42**	0.44
	local de residencia-casa	1.57***	0.86	0.84	1.34	1.00
	Número de residentes no domicílio	1.06**	1.03	0.97	1.10***	1.08
	dois ou mais banheiros	1.25**	1.07	0.97	0.74**	1.06
	Idade					
	<i>jovens adultos- 25 anos a 34</i>	0.89	0.69*	0.81	0.50***	0.95
	<i>adultos- 35 anos a 59</i>	0.79*	0.64**	0.53***	0.43***	0.83
	<i>Idoso-maior 60</i>	0.69	0.46*	0.69	0.24***	1.02
	<i>ref: jovens- 16 a 24 anos</i>					
	Cor- branco	1.09	1.11	0.93	0.91	1.21
	Sexo - homem	0.80**	0.65***	0.73***	0.79	1.01
estado de origem-São Paulo	1.11	1.28	1.12	1.26	1.60**	
PEA	1.08	1.32	1.60***	0.89	1.13	
<i>fatores protetivos</i>	situação da residencia - própria	0.86	1.09	0.98	0.83	0.96
	tempo de moradia	1.00	0.99	1.00	0.99	0.99
<i>atividades rotineiras</i>	Meio de transportes no dia a dia					
	<i>carro/moto- particular</i>	1.40**	0.73	1.24	1.05	1.34
	<i>publico</i>	0.90	1.33	1.36**	1.30	1.28
	<i>ref: não utiliza</i>					
	Frequencia a bares					
	<i>raramente</i>	0.89	1.04	1.01	0.82	0.81
	<i>frequentemente</i>	0.97	1.59**	1.12	1.24	0.80
	<i>ref: nunca</i>					
	índice-freq lazer externos	1.042*	1.10*	1.12***	1.05*	1.01
	posse de arma	1.82***	1.50	0.85	2.56***	0.86
	Uso de bebida alcolica					
<i>socialmente</i>	1.28**	1.32	1.00	1.57***	0.98	
<i>frequentemente</i>	0.97	1.04	1.35	2.62***	0.67	
<i>ref: nunca</i>						
<i>Envolvimento comunitário</i>	índice - participacao comunitária	1.09	1.12	1.01	1.27***	1.02
	interação com o vizinho	1.66***	1.24	1.11	1.41***	1.25
	índice- atividades comunitária	1.07*	1.08	1.02	1.06	1.02
<i>Confiança interp.</i>	índice- confiança interpessoal	1.33***	1.18	1.25**	1.17	1.23
<i>Política de Seg. Púb.</i>	Taxa de homicídio (por cem mil)	1.00	0.99*	1.00	1.00	1.01
<i>Política Pública - distrito</i>	taxa de mortalidade infantil (por mil)	1.01	0.99	0.99	0.99	1.02
	% Nascidos Vivos com Baixo Peso	0.93	0.96	1.04	0.99	1.06
	densidade demográfica (Km2)	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00
<i>Política Pública - Região Homogênia</i>	% familias com até 1/2 sal. mínimos	0.99	1.02	1.02	0.99	0.99
	% jovens de 15 a 17aa nao freq.escola	1.03	0.94	0.89***	0.97	0.93
	% de população ocupada cart. ass.	0.99	1.01	1.02	1.04	1.08**
Estatísticas						
	Number of obs	6979	6978	6978	6979	2410
	LR chi2(41)	139.81	117.46	151.88	188.18	38.05
	Prob > chi2	0	0	0	0	0.2133
	Pseudo R2	0.0429	0.0655	0.0524	0.087	0.0297
	Log likelihood	-1561	-838	-1374	-987	-621

Nota: (1) rc =roubo /furto a residencia; rp= roubo a pessoa; rf =furto a pessoa; af = agressão física; rv = roubo/furto de veículo.

Os asteriscos se referem a significancia do teste de diferenca de médias: * significativo a 10%; **significativo a 5%; ***significativo a 1%.

Para o caso da vitimização por furto ou roubo a residência (rc), os fatores que a afetam significativamente são: morar em casa, ter carro particular,

residência com dois ou mais banheiros, número de residentes no domicílio, sexo, idade (adultos tem menores chances com relação a jovens), frequência a atividades de lazer externas, uso de bebidas alcoólicas, posse de arma, interação com vizinhos, participação em atividades comunitárias, maior confiança interpessoal. Cabe lembrar essas variáveis devem ser analisadas com cautela quanto a vitimização considerada é em roubo/furto a residência, pois são atributos apenas do respondente. Logo, não sabemos se os demais moradores da casa são similares nesses aspectos. Ao analisá-las estamos inferindo que os atributos do respondente são similares para todos os residentes.

Aumenta a probabilidade de ser vítima de roubo a pessoa: ser mulher, faixa etária (todas as faixas têm menores chances se comparadas aos jovens), frequência a atividades de lazer externas, frequência a bares, morar em um distrito com redução nas taxas de homicídio (a variável afeta o fenômeno negativamente, ou seja, a probabilidade de vitimização por roubo a pessoa aumenta a medida em que diminuem os homicídios no distrito administrativo).

No caso de furto a pessoa, a probabilidade de vitimização é positivamente afetada pelo fato de o respondente pertencer à população economicamente ativa, ser mulher, frequentar atividades de lazer externas, utilizar transporte público e confiar mais nas pessoas. Ser adulto (em comparação com jovens) e residir em uma região homogênea com maior proporção de jovens matriculados na escola reduz as chances de vitimização.

Na estimação da probabilidade de vitimização em roubo de veículo, as duas únicas variáveis significativas foram: estado de origem (ser de São Paulo) e residir em região homogênea com maior proporção da população com carteira assinada. Acreditamos que esse resultado pode ser devido ao fato de que o local da ocorrência do evento criminal pode ser diverso do local de residência do indivíduo (único que consta na base de dados).

No caso de vitimização por agressão física, a probabilidade é explicada pela idade (jovens possuem maiores chances de vitimização comparadas às demais faixas etárias), frequência a atividades de lazer externas, pelo número de residentes no domicílio e é inversamente afetada pelo número de banheiros na residência. Além disso, para esse tipo de vitimização, a variável onda foi significativa.

Em suma, os resultados das estimações indicam que os fatores que impactam as chances de vitimização, bem como sua variação entre os anos em questão, respondem às distintas argumentações teóricas identificadas nas seções anteriores. Um primeiro achado importante se refere ao fato de que um dado conjunto de variáveis – aquelas referentes ao estilo de vida ou que geram oportunidades de vitimização (que aproximam potenciais vítimas e ofensores) – se mostrou comumente significativo para todas as dinâmicas de vitimização estudadas – frequência a atividades de lazer externas, frequência a bares, utilização de transporte público, consumo de bebida alcoólica e posse de arma.

Já a significância de variáveis classificadas como “atributos individuais” – idade, sexo e estado de origem –, além das variáveis tipo de residência, número de residentes no domicílio e dois ou mais banheiros no domicílio variaram dependendo do tipo de crime. Esse resultado pode indicar que, conforme esperado, estamos diante de dinâmicas criminais distintas: dependendo do caso em questão, uma variável está aumentando a variação da vitimização entre os anos; em outros, diminuindo. Esse é o caso da variável idade que, em alguns casos, é fator protetivo; em outros, facilitador (fator de risco) da vitimização.

Além disso, a prevalência de algumas variáveis, como número de residentes no domicílio ou porcentagem de jovens fora da escola, afetando positivamente a vitimização, parecem indicar que ela é afetada pelas condições socioeconômicas ou vulnerabilidade social do indivíduo e do local onde reside, principalmente.

Essa é também uma possível explicação para resultado apresentado pelo conjunto das variáveis relativas a envolvimento comunitário que, sendo significativas, apresentaram sinal contrário, como esperado. Como indicado na seção 3, os estudos de vitimização norteamericanos, que tradicionalmente levam em conta esses fatores, esperam que a participação e organização comunitária, ao promoverem coesão e controle social (eficácia coletiva), limitem a ocorrência desses eventos no espaço da comunidade. Contudo, tal característica – mais alta mobilização comunitária – é, no Brasil, compatível com o padrão e estilo de vida das classes mais populares. Diversamente do que ocorre nos EUA, por exemplo, a literatura brasileira reporta uma maior intensidade de mobilização comunitária e interação intravizinhança nas classes

mais baixas (Leeds, 1978; Zaluar, 1985). Ao contrário de outros países, aqui são as classes média e alta as que apresentam um modo de vida mais isolado e menos participativo (Caldeira, 2008).

Outro importante argumento que ajuda a explicar esse resultado é trazido por Hope (2001), para quem participação comunitária só funciona efetivamente como fator de proteção da comunidade quando há uma “infraestrutura mínima”. Ou seja, no caso brasileiro, os altos níveis de coesão social e envolvimento comunitário encontrados nas comunidades mais vulneráveis, mesmo potencializados pela melhora socioeconômica vivida no período em questão, não foram capazes de enfrentarem, sozinhos (sem uma política de segurança pública bem focalizada), o avanço da criminalidade³⁰.

Com relação às variáveis do nível macrossocial, mostraram-se significativas a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos matriculados na escola e a porcentagem da população com carteira assinada no interior da região homogênea, com o sinal esperado. Nenhuma variável do nível do distrito administrativo afetou significativamente a vitimização, com exceção da taxa de homicídio.

A taxa de homicídio foi significativa apenas para roubo a pessoa, com sinal contrário ao esperado: quanto menor a taxa de homicídio, maior a chance de vitimização. Por outro lado, não foi significativa para outras dinâmicas de vitimização. Isso levanta a questão da utilização da taxa de homicídio como o principal indicador da política de segurança praticada em todo o Brasil, não somente no município e no estado de São Paulo. E mais, contraria posições como aquelas que guiaram as ações da Polícia de Providence, nos EUA, que optam por concentrar esforços no enfrentamento dos homicídios e crimes graves como estratégia de aumentar a capacidade de influência positiva na dinâmica criminal daquela cidade e otimizar os recursos policiais (ESSERMAN, 2010). Mas essa parece ser a mais amplamente seguida por São Paulo, durante toda a década.

Fatores como ausência de outros indicadores, fragilidade dos dados ou

³⁰ Inversamente, as classes mais abastadas, por terem acesso a segurança e outros bens e serviço por meio do mercado, necessitam menos da intervenção estatal e da mobilização comunitária.

registros oficiais para os demais crimes levaram a que os homicídios fossem amplamente utilizados pelos formuladores de políticas de segurança pública, em especial as polícias, como indicadores de nível de criminalidade (em geral). Desta forma, se constituiu em uma das principais ferramentas para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações em segurança pública. O achado deste estudo, entretanto, indica que o homicídio pode não ser um bom preditor de outras dinâmicas criminais. Ações de prevenção de outros crimes ou outras formas de vitimização devem se utilizar, diversamente, de indicadores específicos.

5. Implicações para a política de segurança pública

Os resultados constataam que os dados disponíveis em São Paulo problematizam a idéia de um padrão de criminalidade único para todos os crimes e, em consequência, indicam que as políticas públicas da área irão demandar decisões de gestão que definam outras prioridades e estratégias de enfrentamento, para além do homicídio e, quando muito, dos chamados “crimes violentos”. Como segurança pública é um conceito que contempla diferentes ações, a dinâmica regional e territorial aumenta o desafio de planejamento de ações policiais e programas em segurança pública, na medida em que torna ainda mais complexo o diagnóstico de ambientes e o desenho de cenários em ambientes que são dinâmicos.

Em outras palavras, a dinâmica dos fenômenos associados à política pública de segurança dificulta a fixação de parâmetros para o planejamento de alocação dos recursos disponíveis. A análise dos dados permite inferir a existência de múltiplas dimensões determinantes da vitimização e que, por conseguinte, as políticas devem aliar medidas de caráter criminal (“repressivo”) com medidas de políticas sociais, na perspectiva sistêmica de se pensar o macro e o micro simultaneamente.

Dessa forma, é importante que as ações policiais contemplem ações de outras secretarias no seu planejamento, como as políticas prisional e de aplicação de medidas socioeducativas. A definição dos efetivos territoriais e da logística de mobilização de forças especiais deve considerar, de forma

simultânea, os diferentes “territórios” intraurbanos, suas tipologias, dinâmicas socioeconômicas e demográficas, bem como seu interrelacionamento.

O que, em outras palavras, significa considerar diferentes focos e grupos de vitimização no desenho das ações e dos padrões de policiamento e prevenção. Se os homicídios mobilizaram os esforços das polícias paulistas na década de 2000, os dados aqui apresentados indicam que eles não são suficientes para garantir um ambiente seguro para a população.

Paradoxalmente, para avançarmos nessa discussão, faz-se premente a adoção, por parte dos gestores públicos, de uma agenda de aperfeiçoamento e construção de indicadores de monitoramento e avaliação, bem como de investimento na qualidade dos dados hoje existentes e na possibilidade de serem desagregados ao nível do registro de cada caso e comparados em diferentes domínios territoriais.

Bibliografia

ADORNO, S.. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n° 8, jul/dez 2002, p. 84-135

AKERLOF, G., e YELLEN, J., Gang behavior, law enforcement and comity values. In: AARON, H, THOMAS M; TAYLOR, T. (ed) **Values and Public Policy**,. Washington, DC: Brookings, 1994.

BEATO, C. C. ; PEIXOTO, B ; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade, vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 73-89, 2004.

BECKER, G. S., Crime e punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, v.76, p.169-217, 1968. (Reprinted in Chicago Studies in Political Economy, edited by G.J. Stigler. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1988)

BLOCK, M. K. e HEINECKE, J. M., A labor theoretic analysis of the criminal choice. **American Economic Review**, v. 65, p. 314-325, 1975.

BURSIK, R. Social disorganization and theories of crime **Criminology** 26:519-51, 1988.

BURSIK, R.; GRASMICK, H., **Neighborhoods and crime: the dimensions of effective**, 1993

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**. Ed. 34; São Paulo, 2008.

CERQUEIRA, D. **Causas e Conseqüências do Crime no Brasil. Tese de Doutorado**. PUC. Rio de Janeiro. 2011.

CLARKE e FELSON. Opportunity Makes the Thief: Practical theory for crime prevention. **Police Research Series**, Paper 98. Home Office; London,1998.

COHEN, L.; FELSON, M., Social change and crime rate trends: a routine activities approach. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, p. 588-608,

1979.

COHEN, L.E., KLUEGEL, J.R. E LAND, K.C. Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: An Exposition and Test of a Formal **Theory** *American Sociological Review*, vol.46, pp. 505-524, 1981.

CRAWFORD, A.. **Crime Prevention and Community Safety**. 2. ed. New York: Longman, 2004.

EHRlich, I., The deterrent effect of capital punishment: a question of life and death. **NBER Working Papers**. National Bureau of Economic Research. 1973

ESSERMAN, D. Quando o foco é o crime contra a vida: a história de uma parceria de sucesso em Providence. Entrevista. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 4 Edição 6 Fev/Mar 2010.

GLAESER, E., SACERDOTE, B., SCHEINKMAN, E. J., Crime and social interactions. **Quarterly Journal of Economics**, v.111, n.2, p.507-548, May 1996.

HINDELANG et al. **Victims of Personal Crime: An Empirical Foundation for a Theory of Personal Victimization**. Cambridge, MA: Ballinger Publishing Company, 1978

HOPE, T. Community Crime Prevention in Britain: A Strategic Overview. **Criminology and Criminal Justice**. November 2001, vol. 1, no. 4, pp. 421-439

INSPER (2009) Relatório da pesquisa de vitimização em São Paulo. http://www.insper.edu.br/sites/default/files/Relatorio_Vitimizacao.pdf. Acessado em 07/05/2010.

KASARDA, J. D. e JANOWITZ, M., Community attachment in mass society . **American Sociological Review**, p. 328-339, 1974

KUBRIN, C. E. e WEITZER, R., New directions in social disorganization theory. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, 40, p. 374-402, 2003

LEEDS, Anthony and LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

LIMA, R. S. **Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. São Paulo; Editora Alameda, 2011.

LIMA, R. S.; TOMESANI, A. M.. Armed Violence, urban spaces and development in Brazil. **Report** Small Arms Survey. Geneve. 2010.

PARK, R. E. e BURGESS, E. W., **Introduction to the science of sociology**. 2 ed. Chicago, 1924

RABE-HESKETH, S. e SKRONDAL, A., **Multilevel and Longitudinal Modeling Using Stata (2nd Edition)**. College Station, TX: Stata Press. 2008.

RIVERO, Patrícia S. Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 3, no 9, jul/set, 2010. pp. 117-142

SAMPSON, R. J. e WILSON. W. J. Toward a Theory of Race, Crime and Urban Inequality. In HAGAN e PETERSON (eds). **Crime and Inequality**. Stanford; Stanford University Press, 1995.

SAMPSON, R. J. e GROVES, W. B., Community Structure and Crime: Testing Social Disorganization Theory. **American Journal of Sociology** 94: 774-802, 1989

SHAW, C. R. e McKAY, H. D., **Juvenile Delinquency in Urban Areas**. ed (rev) Chicago, University of Chicago Press, 1942.

SKOGAN, W. G., **Disorder and Decline: Crime and the Spiral of Decay in American Neighborhoods** New York: Free Press, 1990.

SKRONDAL, A. e RABE-HESKETH, S. **Generalized Latent Variable Modelling: Multilevel, Longitudinal, and Structural Equation Models**. Boca Raton: Chapman and Hall–CRC, 2004.

STEELE, F. Multilevel Models for Longitudinal Data. **Journal of the Royal Statistical Society**, Series A, 171, 5-19, 2008.

TAYLOR, R. B., **Breaking away from broken windows: evidence from Baltimore neighborhoods and the nationwide fight against crime, grime, fear and decline**. New York: Westview, 2001

TAYLOR, R. B; SHUMAKER, S. A; GOTTFREDSON, S. D., Neighborhood-level link between physical features and local sentiment: deterioration, fear of crime, and confidence. **Journal of Architectural Planning and Research** vol. 2 pp.261-275, 1985.

WILSON, William J. **The Truly Disadvantaged**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. Brasiliense; Rio de Janeiro, 1985.

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista brasileira Ciências Sociais**, Out 1997, vol.12, no.35.

ZHANG, J. The effects of welfare programs on criminal behavior: a theoretical and empirical analysis **Economic Inquiry**, vol. 35, pp. 120-137, 1997.

Anexo I: Tabelas Descritivas

Tabela IA- Descritiva das Variáveis a Nível Individual

Grupos	Variáveis	2003		2008		Diferença Média
		média	sd	média	sd	
Atributos individuais	local de residencia-casa	0.77	0.42	0.80	0.40	0.03***
	Número de residentes no domicílio	4.12	1.77	3.91	1.75	-0.21***
	dois ou mais banheiros	0.35	0.48	0.38	0.48	0.02**
	Escolaridade					
	<i>primário comp.\fund. incompleto</i>	0.30	0.46	0.27	0.44	-0.03***
	<i>fund. Comp./médio incompleto</i>	0.13	0.34	0.13	0.34	0.00
	<i>médio comp./sup. incompleto</i>	0.26	0.44	0.34	0.47	0.07***
	<i>ensino superior ou mais</i>	0.13	0.34	0.14	0.34	0.00
	Classe Social					
	<i>classe C</i>	0.39	0.49	0.49	0.50	0.11***
	<i>classe B</i>	0.31	0.46	0.37	0.48	0.06***
	<i>classe A</i>	0.08	0.27	0.05	0.22	-0.03***
	Idade					
	<i>jovens adultos- 25 anos a 34</i>	0.23	0.42	0.24	0.43	0.01
	<i>adultos- 35 anos a 59</i>	0.38	0.49	0.39	0.49	0.01
	<i>Idoso-maior 60</i>	0.11	0.31	0.14	0.35	0.03***
Cor- branco	0.58	0.49	0.56	0.50	-0.02	
Sexo - homem	0.53	0.50	0.49	0.50	-0.04***	
estado de origem-São Paulo	0.64	0.48	0.68	0.47	0.05	
PEA	0.71	0.46	0.54	0.50	-0.16***	
<i>fatores protetivos</i>	situação da residencia - própria	0.67	0.47	0.70	0.46	0.02**
	tempo de moradia	13.86	12.98	15.34	13.33	1.48***
atividades rotineiras	Meio de transportes no dia a dia					
	<i>carro/moto- particular</i>	0.26	0.44	0.16	0.37	-0.10***
	<i>publico</i>	0.52	0.50	0.43	0.49	-0.09***
	Frequencia a bares					
	<i>raramente</i>	0.25	0.43	0.24	0.43	-0.01
	<i>frequentemente</i>	0.31	0.46	0.13	0.34	-0.18***
	índice-freq lazer externos	3.96	2.91	4.00	2.81	0.04
	posse de arma	0.03	0.16	0.02	0.15	0.00
	Uso de bebida alcolica					
	<i>socialmente</i>	0.18	0.38	0.21	0.41	0.04***
<i>frequentemente</i>	0.05	0.23	0.05	0.23	0.00	
<i>Envolvimento comunitário</i>	índice - participacao comunitária	1.48	0.81	1.41	0.77	-0.07***
	interação com o vizinho	0.30	0.46	0.27	0.44	-0.03***
	índice- atividades comunitária	1.21	1.45	1.11	1.40	-0.10***
<i>Confiança interpessoal</i>	índice- confiança interpessoal	0.80	0.49	0.77	0.50	-0.03***

Nota: Os asteriscos se referem a significancia do teste de diferença de médias: * significativo a 10%; **significativo a 5%; ***significativo a 1%

Tabela IB- Descritiva das Variáveis a Nível de Distrito Administrativo

Variáveis	2003		2008		Primeira diferença	
	média	sd	média	sd	média	sd
Taxa de homicídio (por cem mil)	39.77	21.55	14.82	7.17	-24.96	17.84
taxa de mortalidade infantil (por mil)	13.17	3.90	11.54	4.05	-1.63	4.62
% Nascidos Vivos com Baixo Peso	9.43	1.20	9.29	0.96	-0.14	1.58
densidade demográfica (Km2)	10361	4859	9714	5447	-646	2993

Tabela IC- Descritiva das Variáveis a Nível de Região Homogênia

Variáveis	2003		2008		Primeira diferença	
	média	sd	média	sd	média	sd
% famílias com até 1/2 sal. mínimos	18.51	7.48	20.42	6.21	1.91	2.27
% jovens de 15 a 17aa nao freq. escola	12.03	2.15	11.67	2.22	-0.36	2.90
% de população ocupada cart. ass.	38.77	2.87	48.42	2.64	9.65	1.09

Anexo II: Modelos logit estimados